

Contador

Antes de iniciar a prova, leia as instruções:

1. Para fazer a prova, você recebeu:

- este caderno de prova;
- um cartão de respostas.

2. Confira:

- **no cartão de respostas:** nome, número e cargo, emprego ou função da sua inscrição.
- **no caderno de prova:** cargo, emprego ou função da sua inscrição e quantidade de questões.

Este caderno contém: **40 questões**

Duração da prova: **3 horas**

- Incluído o tempo para o preenchimento do cartão de respostas.
- Levar caderno: após **1 hora de prova**.
- Por questões de segurança, o candidato que sair antes desse tempo devolverá ao fiscal da sala, além do cartão de respostas, o caderno de prova.

3. Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e se a sequência e a quantidade de questões estão corretas.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

4. **Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade! Não serão admitidas reclamações posteriores.**

5. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas relacionadas ao conteúdo aos fiscais.

6. Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova, tampouco empréstimo de materiais e comunicação entre os candidatos.

7. **O cartão de respostas é o único documento válido e utilizado para a correção da prova objetiva.** Preencha-o com cuidado, marcando apenas uma alternativa para cada questão.

8. Não rabisque, rasure, amasse ou dobre o cartão de respostas. É vedada a substituição do cartão de respostas decorrente de erro do candidato.

9. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de sala, aguardando autorização para entregar o material.

10. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas devidamente preenchido e assinado.

11. Os três últimos candidatos devem permanecer em sala a fim de acompanhar o fechamento do material.

Fraudar ou tentar fraudar concursos públicos é crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

Nome do Candidato:

Nº de Inscrição:

LÍNGUA PORTUGUESA | 10 QUESTÕES

A parceria intersetorial pode ser entendida como uma integração intensa, de longo prazo, deliberada e contínua entre dois ou mais setores que se unem voluntariamente na forma de arranjos de trabalho, formados por organizações com e sem fins lucrativos. Essas organizações identificam interesses e preocupações mútuos e trocam, compartilham ou desenvolvem em conjunto produtos, tecnologias e serviços que visam responder a demandas econômicas, sociais e ambientais ainda não atendidas pela agenda de políticas públicas. Entre seus benefícios estão medidas sociais avançadas relacionadas ao desenvolvimento econômico, à educação, à segurança, ao saneamento, à saúde, à redução da pobreza, à infraestrutura e à sustentabilidade ambiental. Ainda, existem os esforços para alcançar benefícios comunitários, removendo barreiras à inclusão social e mitigando os efeitos nocivos decorrentes de atividades e comportamentos socioeconômicos e socioambientais indesejáveis.

Duas características de gestão aumentam o potencial da parceria intersetorial para promover a transformação social. A primeira é a colaboração, que permite configurar e otimizar recursos e habilidades de todos os parceiros, levando a resultados mais eficientes. A segunda é o desenvolvimento de inovações que possam impactar a vida das pessoas de maneira sustentável. As parcerias intersetoriais reposicionam responsabilidades sistêmicas antes isoladas no mercado, no Estado ou na sociedade civil. Elas integram a expertise estratégica de agentes sociais comprometidos com projetos dessa natureza, superam barreiras inerentes à colaboração não gerenciada e oferecem um caminho alternativo para o desenvolvimento comunitário.

As intenções de parcerias intersetoriais e sua natureza unem instituições formais e grupos sociopolíticos informais. A estrutura de tais parcerias depende de seus integrantes e de como são selecionados, de sua motivação para o trabalho em conjunto, de seu foco principal nos processos decisórios relacionados às atividades compartilhadas (ambientais, de desenvolvimento, geográficas e jurisdicionais), dos setores representados na parceria (público, privado e sociedade civil), dos objetivos e funções dela, entre outros aspectos.

Inicialmente qualificadas como “o paradigma colaborativo do século XXI”, as parcerias intersetoriais são fortemente debatidas nos meios envolvidos na coordenação da vida social: governo, Estado, setor público, empresariado, setor privado, organizações não governamentais e sociedade civil, entre outros. A princípio, eles correspondiam a três segmentos institucionais presentes na sociedade: o institucional exclusivamente público representado pelo governo, o Estado e o setor público; o aspecto institucional exclusivamente privado representado pelo empresariado e pelo setor privado; e o aspecto institucional exclusivamente civil no setor da sociedade civil e das organizações não governamentais.

A evolução desse contexto resultou na hibridização organizacional, particularmente em virtude do número de organizações, com fins lucrativos ou não, pertencentes a membros direta e simultaneamente ligados a organizações públicas, privadas e da sociedade civil. Como resultado dessa miscigenação, a maioria dos debates contemporâneos analisa as parcerias intersetoriais com base nos ideais e objetivos dos parceiros envolvidos.

(Fonte: BORIM-DE-SOUZA, Rafael. 2023. — adaptado.)

1) De acordo com o texto, a parceria intersetorial:

- a) Consiste em uma longa forma de integração espontânea entre entidades que visam ao lucro.
- b) Preocupa-se com necessidades para as quais já exista grande intervenção de políticas públicas.
- c) Ameniza consequências prejudiciais de práticas inadequadas nos âmbitos socioeconômico e socioambiental.
- d) Estrutura-se de igual forma, independentemente dos propósitos e dos setores envolvidos.

2) Sem prejuízo dos sentidos e da correção gramatical do trecho “A evolução desse contexto resultou na hibridização organizacional, particularmente em virtude do número de organizações, com fins lucrativos ou não, pertencentes a membros direta e simultaneamente ligados a organizações públicas, privadas e da sociedade civil” (quinto parágrafo):

- a) A expressão “direta e simultaneamente” poderia ser substituída por “simultânea e diretamente”.
- b) A expressão “resultou na” poderia ser substituída por “é resultado da”.
- c) A palavra “lucrativos” poderia ser deslocada para logo após o termo “não”.
- d) A expressão “em virtude do” poderia ser substituída por “em razão no”.

3) Em “Elas integram a expertise estratégica de agentes sociais comprometidos com projetos dessa natureza, superam barreiras inerentes à colaboração não gerenciada e oferecem um caminho alternativo para o desenvolvimento comunitário.” (segundo parágrafo), o vocábulo sublinhado refere-se a:

- a) “inovações”.
- b) “As parcerias intersetoriais”.
- c) “responsabilidades sistêmicas”.
- d) “barreiras inerentes à colaboração não gerenciada”.

4) No texto, a vírgula em “As parcerias intersetoriais repositonam responsabilidades sistêmicas antes isoladas no mercado, no Estado ou na sociedade civil.” está empregada com a finalidade de separar:

- a) Um aposto enumerativo.
- b) Uma oração subordinada adjetiva reduzida de participio.
- c) Termos de mesma função sintática.
- d) Um adjunto adverbial deslocado para antes do verbo.

5) Cada uma das alternativas a seguir apresenta uma proposta de reescrita para o trecho “A primeira é a colaboração, que permite configurar e otimizar recursos e habilidades de todos os parceiros, levando a resultados mais eficientes”. Sendo assim, assinalar a alternativa cuja proposta de reescrita mantém a correção gramatical e os sentidos do trecho mencionado:

- a) A primeira é a colaboração que permite configurar e otimizar recursos e habilidades de todos os parceiros e que leva a resultados mais eficientes.
- b) A primeira é a colaboração, a qual permite configurar e otimizar recursos e habilidades de todos os parceiros, o que leva a resultados mais eficientes.
- c) A primeira é a colaboração, em que permite configurar e otimizar recursos e habilidades de todos os parceiros, a fim de levar a resultados mais eficientes.
- d) A primeira é a colaboração permitindo configurar e otimizar recursos e habilidades de todos os parceiros e levando a resultados mais eficientes.

6) Considerando-se que o sujeito é um termo da oração, assinalar a alternativa em que o termo sublinhado é classificado como sujeito:

- a) A aluna gabaritou a prova.
- b) Choveu durante a noite toda.
- c) Fernanda, traz a bolsa da mamãe!
- d) Meus filhos, João e Pedro, chegaram da escola.

7) Assinalar a classe gramatical da palavra sublinhada em “Precisamos de mais casas.”:

- a) Numeral.
- b) Adjetivo.
- c) Advérbio.
- d) Pronome.

8) Com relação à pluralização dos adjetivos compostos, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Seus olhos são castanho-escuros.
- b) Maria vestia lindos vestidos cores-de-rosa.
- c) Aquela moça calçava sapatos cor-de-rosas.
- d) Adoro roupões cinzas-escuros.

9) Homônimos são palavras que têm a mesma pronúncia e, algumas vezes, a mesma grafia, mas significados diferentes. Assinalar a alternativa em que ambos os termos apresentam essa relação:

- a) Cavaleiro | Cavalheiro.
- b) Tacha | Taxa.
- c) Estada | Estadia.
- d) Flagrante | Fragrante.

10) De acordo com o emprego dos porquês, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Ele não fez a tarefa de casa, porque não anotou na agenda.
- b) Você não me ligou porquê?
- c) Porque você acordou tão cedo hoje?
- d) Ele não sabe o por quê de tamanha tristeza.

LEGISLAÇÃO | 10 QUESTÕES

11) Direitos sociais são direitos fundamentais do homem, caracterizando-se como verdadeiras liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito. De acordo com a Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:

- a) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em ato doloso, mas não culposo.
- b) Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.
- c) Assistência gratuita a filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas.
- d) Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis anos.

12) As informações submetidas a sigilo frequentemente circulam pela Administração. Nos termos da Lei nº 12.527/2011 — Lei de Acesso à Informação, sobre a proteção e o controle de informações sigilosas, é CORRETO afirmar que:

- a) Apenas a autoridade que classificou a informação tem o dever de resguardar o sigilo.
- b) O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.
- c) A autoridade que classificou a informação não tem o dever de resguardar sigilo, pois a ele não se submete.
- d) O sigilo somente é oponível a terceiros não integrantes da Administração, não abrangendo os agentes públicos em geral.

13) O Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) foi instituído como forma de organização e articulação voltada à implementação de políticas e serviços destinados a coibir as desigualdades étnicas existentes no País. Em conformidade com a Lei nº 12.288/2010 — Estatuto da Igualdade Racial, é CORRETO afirmar que:

- a) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão participar do Sinapir mediante adesão.
- b) O Poder Público Estadual incentivará a sociedade e a iniciativa privada a participar do Sinapir.
- c) Promover políticas destinadas a combater os fatores de marginalização, inclusive mediante adoção de ações afirmativas, é um dos princípios do Sinapir.
- d) Centralizar a implementação de ações afirmativas pelos governos estaduais, municipais e distrital é um objetivo do Sinapir.

14) A Lei nº 11.340/2006 cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, pois, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, esta goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. Sobre o assunto, assinalar a alternativa INCORRETA:

- a) São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher a violência física, a violência psicológica e a violência sexual e moral.
- b) A integração ativa do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação formam uma diretriz de medidas integradas de prevenção.
- c) É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado exclusivamente por servidores do sexo feminino previamente capacitados.
- d) A Autoridade Judicial, ao verificar a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, afastará imediatamente o agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a ofendida.

15) Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. Em relação à Lei nº 13.146/2015, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) É indeclinável a fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa para pessoa com deficiência.
- b) A pessoa com deficiência não pode exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando.
- c) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para exercer direitos sexuais e reprodutivos.
- d) Conforme dispõe a Lei, são considerados vulneráveis apenas a criança, o adolescente, a mulher e o idoso, com deficiência.

16) De acordo com a Lei Orgânica do Município, o Município poderá instituir os seguintes tributos:

- I. Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.
- II. Taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

- a) Os itens I e II estão corretos.
- b) Somente o item I está correto.
- c) Somente o item II está correto.
- d) Os itens I e II estão incorretos.

17) De acordo com a Lei Orgânica do Município, sobre as competências privativas da Câmara Municipal, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- Julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores nos casos previstos na Lei.
- Criar e instalar comitês de Defesa do Consumidor.
- Organizar e manter a Guarda Municipal para a proteção de seus bens, serviços e instalações.

- a) C - C - E.
- b) E - C - C.
- c) C - E - E.
- d) E - C - E.

18) Em conformidade com a Lei Complementar nº 025/2012 — Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, suspendem a contagem do tempo para período aquisitivo as seguintes ocorrências, reiniciando a mesma após o retorno às atividades:

- I. Os afastamentos para acompanhar familiar adoentado, quando o total de todos os dias no período aquisitivo totalizar 60 dias.
- II. Condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva.
- III. Penalidade disciplinar de suspensão.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente o item II.
- c) Somente os itens I e III.
- d) Somente os itens II e III.

19) Considerando-se a Lei Complementar nº 025/2012 — Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, sobre os adicionais de insalubridade e periculosidade, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- Os adicionais de insalubridade e periculosidade são acumuláveis.
- O laudo técnico das atividades insalubres e perigosas deverá ser renovado, no mínimo, a cada ano pela Administração Municipal.
- O pagamento dos adicionais cessará com a eliminação das condições ou riscos que lhe deram causa.

- a) C - C - E.
- b) E - C - C.
- c) C - E - E.
- d) E - C - E.

20) Segundo a Lei Complementar nº 025/2012 — Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, o servidor poderá ser convocado das férias, atendendo interesse da Administração Municipal, nos seguintes casos:

- I. Calamidade pública.
- II. Motivo de interesse superior público.
- III. Necessidade de serviço, quando ocorrer a exoneração de servidor do setor de trabalho.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente o item II.
- c) Somente os itens I e III.
- d) Todos os itens.

INFORMÁTICA | 6 QUESTÕES

21) No Libre Office Calc 7.0, o Navegador fornece ferramentas e métodos para percorrer rapidamente uma planilha e encontrar itens específicos. São controles e ferramentas disponíveis na caixa de diálogo do Navegador:

- I. Coluna.
- II. Intervalo de dados.
- III. Cenários.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Todos os itens.

22) Qual é o tipo de Trojan que redireciona a navegação para sites específicos, visando a aumentar a quantidade de acessos e a exibir anúncios nesses sites?

- a) Trojan Clicker.
- b) Trojan Proxy.
- c) Trojan Spy.
- d) Trojan Backdoor.

23) O Windows 10 permite que o usuário facilite o uso do mouse, do teclado e de outros dispositivos de entrada. Sobre a opção “Facilidades de Acesso” nas configurações do sistema, analisar os itens abaixo:

- I. O Windows 10 permite que sejam alterados tamanho e coloração do ponteiro do mouse.
- II. Nas configurações existentes em “Facilidades de Acesso”, é possível desativar as imagens da tela de fundo da área de trabalho.
- III. Entre as opções existentes nas configurações “Facilidades de Acesso”, é possível alterar o botão principal do mouse.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente o item II.
- c) Somente os itens I e III.
- d) Todos os itens.

24) Considerando-se os conceitos básicos de navegação na internet com segurança, assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE:

A _____ trata da codificação de informação, transformando dados em códigos que dificultam a leitura por pessoas não autorizadas. Dessa maneira, apenas quem envia e quem recebe tem acesso ao que está escrito em uma determinada mensagem, ou apenas quem tem a “chave” pode realizar a leitura de um documento.

- a) Criptografia
- b) Customer Experience Management
- c) IoT (Internet of Things)
- d) SaaS (Software as a Service)

25) Considerando-se o Libre Office Writer 7.1, a tecla de atalho utilizada para salvar um documento é a:

- a) Shift + S
- b) Shift + B
- c) Ctrl + S
- d) Ctrl + B

26) Qual é a unidade de medida que indica a quantidade de dados que podem ser transmitidos em um segundo e é frequentemente utilizada por provedores de serviços de internet e empresas de telecomunicações para descrever as diferentes velocidades de conexão e transferência de dados oferecidas aos clientes?

- a) Ghtz.
- b) Mgp.
- c) Tbt.
- d) Gbps.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS | 14 QUESTÕES

27) Considerando-se a LC nº 27/2012 — Plano de Carreira dos Servidores Públicos do Município, sobre a convocação para trabalhar em regime suplementar, analisar a sentença abaixo:

Os profissionais detentores de cargos de provimento efetivo respectivamente com carga horária inferior de 40 horas poderão ser convocados para trabalhar em regime suplementar até o limite de 40 horas semanais, para atendimento de programas ou para atender necessidades de serviços da Administração Municipal (1ª parte). O servidor convocado para trabalhar em regime suplementar deverá exercer a função somente para atender o objeto da convocação, podendo ser dispensado do ponto (2ª parte).

A sentença está:

- a) Totalmente correta.
- b) Correta somente em sua 1ª parte.
- c) Correta somente em sua 2ª parte.
- d) Totalmente incorreta.

28) Tendo em vista o disposto no Decreto-Lei nº 2.848/1940 — Código Penal, numerar a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- (1) Corrupção passiva.
 - (2) Peculato.
 - (3) Prevaricação.
- () Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- () Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- () Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- a) 1 - 3 - 2.
b) 3 - 2 - 1.
c) 2 - 1 - 3.
d) 2 - 3 - 1.

29) Nos termos da Lei nº 14.133/2021 — Lei de Licitações e Contratos Administrativos, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias não são abrangidas pela referida Lei, mas a elas se aplicam as disposições:

- a) Cíveis.
- b) Criminais.
- c) Administrativas.
- d) Constitucionais.

30) A Lei nº 8.137/1990, que define os crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, considera como crime o acordo entre empresas com objetivo de fixar artificialmente os preços ou quantidades dos produtos e serviços, de controlar um mercado, limitando a concorrência. Essa conduta é tipificada como crime de/contra:

- a) A ordem econômica.
- b) A ordem tributária.
- c) As relações de consumo.
- d) Fraude no comércio.

31) A etapa da receita orçamentária que consiste na transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e pelo controle da arrecadação e da programação financeira, observando-se o Princípio da Unidade, representado pelo controle centralizado dos recursos arrecadados em cada ente, é:

- a) Empenho.
- b) Lançamento.
- c) Arrecadação.
- d) Recolhimento.

32) De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, é CORRETO afirmar que:

- a) A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.
- b) A empresa controlada recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital.
- c) Na empresa estatal dependente, a maioria do capital social com direito a voto pertence, direta ou indiretamente, a ente da Federação.
- d) A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos doze anteriores, excluídas as duplicidades.

33) A Lei nº 4.320/1964 prevê normas para a programação da despesa pública. Acerca dessas previsões, assinalar a alternativa INCORRETA:

- a) Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.
- b) A programação da despesa orçamentária, para efeito das previsões desta Lei, levará em conta os créditos adicionais e as operações extra orçamentárias.
- c) As cotas semestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite da dotação e o comportamento da execução orçamentária.
- d) A fixação das cotas atenderá ao seguinte objetivo: assegurar às unidades orçamentárias, em tempo útil, a soma de recursos necessários e suficientes a melhor execução do seu programa anual de trabalho.

34) Supondo-se que há um cenário em que a empresa VENDE TUDO S/A se encontra em uma situação devedora decorrente de uma ação de um processo trabalhista. A fim de garantir a execução da dívida, o Juiz determinou o bloqueio de determinados bens da empresa por meio do sistema BACEN-JUD, totalizando R\$ 100.000,00. Nesta circunstância, o profissional de contabilidade da empresa deve efetuar o registro contábil da seguinte maneira:

- a) Debitar a conta “Bloqueio Judicial” (Ativo) em R\$ 100.000,00; e Creditar a conta “Depósito Judicial” (Passivo) em R\$ 100.000,00.
- b) Debitar a conta “Depósito Judicial” (Resultado) em R\$ 100.000,00; e Creditar a conta “Bloqueio Judicial” (Ativo) em R\$ 100.000,00.
- c) Debitar a conta “Bloqueio Judicial” (Resultado) em R\$ 100.000,00; e Creditar a conta “Bancos Conta Movimento” (Ativo) em R\$ 100.000,00.
- d) Debitar a conta “Depósito Judicial” (Ativo) em R\$ 100.000,00; e Creditar a conta “Bancos Conta Movimento” (Ativo) em R\$ 100.000,00.

35) A Secretaria Municipal de Tecnologia de Informação (SMTI) de um determinado Município realizou despesas orçamentárias referentes à substituição da placa de memória de um computador por outra de maior capacidade, representando uma melhoria por substituição e consequentemente aumentou a vida útil do bem. Essa despesa deve ser classificada na:

- a) Categoria Econômica 3 — “despesa de corrente”, no grupo de natureza de despesa 3 — “outras despesas correntes” e no elemento de despesa 30 — “Material de Consumo”.
- b) Categoria Econômica 4 — “despesa de capital”, no grupo de natureza de despesa 4 — “investimentos” e no elemento de despesa 30 — “Material de Consumo”.
- c) Categoria Econômica 3 — “despesa de corrente”, no grupo de natureza de despesa 4 — “investimentos” e no elemento de despesa 52 — “Material de Permanente”.
- d) Categoria Econômica 4 — “despesa de capital”, no grupo de natureza de despesa 4 — “investimentos” e no elemento de despesa 40 — “Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação”.

36) Em relação aos Restos a Pagar, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Acompanharão o Anexo de Riscos Fiscais os demonstrativos relativos a Restos a Pagar, detalhando, por Poder e órgão, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.
- b) O Relatório de Gestão Fiscal conterà demonstrativo, no último bimestre, da inscrição em Restos a Pagar das despesas liquidadas.
- c) É vedado no último bimestre do mandato contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa.
- d) Entre outros, o Poder Legislativo fiscalizará o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere a limites e a condições para realização de operações de crédito e de inscrição em Restos a Pagar.

37) Em relação ao Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital, assinalar a alternativa INCORRETA:

- a) Esse demonstrativo integra o Relatório Resumido de Execução Orçamentária referente ao último bimestre do exercício e deverá ser publicado até trinta dias após o encerramento do exercício.
- b) O demonstrativo abrange toda e qualquer operação de crédito realizada pelos entes da Federação, independentemente de envolverem ou não o ingresso de receitas orçamentárias nos cofres públicos.
- c) A finalidade do demonstrativo é verificar o cumprimento da regra de ouro, pelo qual deverão ser computadas todas as receitas e despesas, exceto as intraorçamentárias. O descumprimento da regra de ouro poderá ser verificado no término do exercício financeiro.
- d) Esse demonstrativo apresenta as receitas de operações de crédito comparadas com as despesas de capital líquidas.

38) No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir da Segregação das informações orçamentárias e patrimoniais, as contas contábeis são classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam, de modo que os registros orçamentários não influenciem ou alterem os registros patrimoniais. Nesse sentido, a classificação da “Natureza da informação” é realizada por:

- a) Administrativa, operacional e de gestão.
- b) Despesa, investimento e custo.
- c) Ativo, passivo e resultado.
- d) Orçamentária, patrimonial e de controle.

39) A respeito da contabilização da dívida ativa, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.
- () O recebimento de dívida ativa corresponde a uma receita sob a ótica orçamentária, com simultânea baixa do crédito registrado anteriormente no passivo contra as contas de disponibilidades, sob a ótica patrimonial.
- () A inscrição do crédito em dívida ativa configura fato contábil modificativo aumentativo, pois ocorre acréscimo no valor do patrimônio líquido do ente público.

- a) C - C - E.
- b) E - E - C.
- c) C - E - E.
- d) E - C - C.

40) Em relação às evidências em auditoria, analisar os itens abaixo:

- I. As evidências de auditoria são necessárias para fundamentar a opinião e o relatório do auditor.
- II. As evidências de auditoria abrangem informações que suportam e corroboram as afirmações da administração e qualquer informação que contradiga tais afirmações.
- III. Em alguns casos, a ausência de informações (por exemplo, a recusa da administração em fornecer uma representação solicitada) é utilizada pelo auditor, portanto também constitui evidência de auditoria.
- IV. As evidências de auditoria têm natureza não cumulativa e são predominantemente obtidas a partir dos procedimentos de auditoria executados ao longo do desenvolvimento do trabalho.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens III e IV.
- b) Somente os itens I, II e III.
- c) Somente os itens I, II e IV.
- d) Todos os itens.